



Relações Públicas/SF

Com a posse de mais 15 técnicos e analistas legislativos, o Senado praticamente concluiu ontem o preenchimento das 246 vagas previstas nos editais do concurso público realizado no primeiro semestre. Apenas três candidatos não puderam participar da solenidade com esse fim e serão empossados individualmente.

Os novos servidores foram recebidos pelo diretor-geral-adjunto da Casa, Walter Valente, e por diretores ou representantes das áreas onde serão lotados. A partir de terça-feira, eles participarão de um programa de integração. A programação de três dias inclui um curso de ambientação sobre os setores e serviços desenvolvidos na Casa e visita às instalações.

Estimativa de receitas da União em 2013 sobe R\$ 23,85 bi

Previsão de arrecadação maior baseia-se na projeção de 4,5% como crescimento do PIB e permitirá inclusão de emendas parlamentares na lei orçamentária. Relatório de receitas deve ser votado até quarta

O relator de receitas do Orçamento 2013, deputado Cláudio Puty, apresentou ontem seu parecer à Comissão Mista de Orçamento com o que classificou de aposta no crescimento econômico. O dinheiro, segundo ele, também virá de pagamentos de leilões de concessões, como os de aeroportos, exploração de petróleo e telefonia celular 4G.

O relatório divide a arrecadação prevista em R\$ 22 bilhões de receitas líquidas da União e R\$ 1,85 bilhão a serem transferidos para estados e municípios.

Terça-feira, véspera da votação, a comissão fará audiência pública com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, que vai falar sobre os principais pontos da proposta orçamentária. **3**

Sarney participa de debates em fórum parlamentar na Espanha **2**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senadora diz que benefícios alcançarão mais de um milhão de pescadores

Ângela afirma que plano de apoio à pesca combaterá a miséria no país

Segundo a senadora, investimentos de R\$ 4 bilhões até 2014 têm como meta de dobrar a produção de pescado. **4**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senador defende união dos Três Poderes por uma reforma política

Mozarildo defende financiamento público de campanha eleitoral

Ontem, no Dia da Democracia, senador pediu reforma política profunda. Ele criticou a "proliferação" de partidos. **4**



Marcello Casal Jr/ABR

Abertura da Copa na África do Sul: Francisco Teixeira conta história do Brasil sob perspectiva do futebol e da arte

Historiador: futebol ajuda a entender o país

No Fórum Senado Brasil 2012, Francisco Carlos Teixeira, historiador da UFRJ, narrou a história recente do país sob a perspectiva da arte. Segundo ele, o Brasil passou a olhar para si nos anos 1920, com a Semana de Arte Moderna e o Movimento Antropofágico.

Nos anos 1950 e 1960, o neoconcretismo, o cinema, a música e a literatura marcaram nova ruptura. O futebol também ajuda a formar a identidade nacional. "O Flamengo e o Fluminense são mais antigos que os partidos políticos de hoje", disse. **2**

Caso dos guaranis-caiouás será discutido em comissão do Senado **4**

Prazo para análise de reforma do Código Penal deve aumentar **4**

Em seminário no Senado, historiador Francisco Carlos Teixeira narra história recente do país sob a perspectiva da literatura, do cinema, da música e do esporte

“Sem analisar o futebol, não se entende o país”

PARA FRANCISCO CARLOS Teixeira, historiador e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), não é possível compreender o Brasil sem que se analise o futebol. Equipes cariocas como Fluminense, Flamengo, Vasco da Gama e Botafogo, ele lembrou, são mais velhas do que qualquer um dos partidos políticos de hoje.

— É mais fácil o brasileiro mudar de partido entre uma eleição e outra do que mudar de time de futebol — afirmou.

Teixeira fez na quarta-feira, no Auditório do Interlegis, em Brasília, a palestra “Brasil, tempo presente”. Ele construiu uma narrativa da história recente do Brasil sob a perspectiva da arte, da música e



Francisco Carlos Teixeira fala no segundo ciclo de palestras do Fórum Senado Brasil, que tem como tema “Brasil: construção permanente”

do futebol. Sua fala fez parte do segundo ciclo de debates do Fórum Senado Brasil 2012.

Especialista em história social do Brasil, com doutorado e pós-doutorado na Alemanha,

Teixeira partiu da célebre afirmação de que este era “o país do futuro”.

A Semana de Arte Moderna, de 1922, com o Movimento Antropofágico e

personagens como a pintora Tarsila do Amaral, e a produção de Sérgio Buarque de Holanda constituíram o que o historiador chamou de “redescobrimiento do

Brasil”, pois era uma visão transformadora.

— O que esse primeiro modernismo nos deu foi a capacidade de ver o país por lentes brasileiras — disse.

Para historiador, a arte ajudou a forjar o Brasil moderno

Segundo o historiador Francisco Carlos Teixeira, o povo passou a ser ator da cena política brasileira nos anos 1940, com o aumento da população e o início do êxodo rural.

— Era o começo de uma sociedade de massas, urbana, industrial e moderna, que rompia com seus próprios conceitos ultrapassados — afirmou.

Os “dourados anos 1950” trouxeram o avanço da energia elétrica e do aço. Bens como a geladeira e o carro se tornaram sonhos de consumo. O Brasil não era mais agrário, “mas era essencialmente pobre”, assolado por crises e instabilidade política.

Com o desenvolvimento, acentuou-se a injustiça social

— manifestada na tensão entre a estética e o cotidiano, no diálogo da arte com a realidade.

“A arte não é necessariamente sublime” era o recado passado aos que deixaram para trás o romantismo nostálgico dos anos dourados, com seus desfiles de misses e a alta sociedade. A sociedade consumista e “feliz” dava lugar a outra, com valores políticos diferentes.

O historiador apontou, como responsável por essa transição, o Manifesto Neoconcreto, com figuras como Lygia Clark e Hélio Oiticica e suas obras que ultrapassavam as telas para ganhar novos espaços e interagir com o público, além de Ferreira Gullar e sua poesia concreta.

No cinema, o Brasil rural, caipira e atrasado de Mazzaropi “negava o conflito de classes com finais felizes”, enquanto Lima Barreto, com *O Cangaceiro*, pregava o confronto aberto para a resolução das injustiças sociais. *Orfeu do Carnaval*, em 1959, com um protagonista negro, mudou o paradigma nas questões raciais.

Se a bossa nova despontava como a linguagem musical do Brasil, a obra de Nelson Rodrigues representava a família, o subúrbio, o sexo e o futebol.

— Se não pensarmos o futebol, jamais entenderemos o Brasil — afirmou.

A ideia de modernidade se consolida na construção de Brasília. Nas palavras do his-

toriador, é quando o conceito de sociedade brasileira “se nacionaliza e se populariza”.

Nessa época, a Revolução Cubana sacudiu a América Latina. O Brasil pensava em reformas. Segundo Teixeira, o povo começava a fortalecer seu papel histórico e político, superando as elites tradicionais. A despeito da censura militar, o teatro, a música e o Cinema Novo seriam expressões das mudanças desejadas ou já em curso. Em 1969, viria outra grande ruptura — após o “redescobrimiento em 1922”.

— Os anos 1958—1959 e 1968—1969 são esse segundo momento que marca a grande modernidade brasileira — afirmou.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

PLENÁRIO: Discursos

9h A sessão de hoje é destinada a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Sarney abre debates do 8º Fórum Parlamentar Ibero-Americano

O presidente do Senado, José Sarney, participou ontem da reunião de inauguração das mesas de trabalho do 8º Fórum Parlamentar Ibero-Americano, em Cádiz, na Espanha, juntamente com o presidente da Câmara dos Deputados espanhola, Jesús Posada, e o secretário-geral

ibero-americano, Enrique Iglesias. O evento comemora os 200 anos da Constituição de Cádiz, conhecida como La Pepa. Entre os temas das mesas estão o papel das pequenas e médias empresas, infraestrutura como ferramenta de desenvolvimento, fortalecimento institucional

como mecanismo de coesão social e desafios da democracia constitucional.

As conclusões dos debates integrarão a declaração final do Fórum, que será entregue aos chefes de estado e governo na 22ª Cúpula Ibero-Americana, a ser realizada em 16 e 17 de novembro, também em Cádiz.



João de Araújo/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz

Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka

Primeiro-secretário: Cícero Lucena

Segundo-secretário: João Ribeiro

Terceiro-secretário: João Vicente Claudino

Quarto-secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Orçamento 2013 ganha mais R\$ 23,85 bilhões

Relator de receitas aposta em crescimento de 4,5% do PIB e faz acréscimo na previsão de arrecadação, viabilizando emendas e compensações aos estados pela Lei Kandir

O RELATOR DE receitas do Orçamento da União para o ano que vem, deputado Cláudio Puty (PT-PA), acrescentou ontem mais R\$ 23,85 bilhões na previsão de arrecadação, para atender emendas parlamentares e viabilizar compensações aos estados pelos efeitos da Lei Kandir. Puty explicou que o governo reforçará o caixa com o aumento da arrecadação decorrente da elevação do produto interno bruto (PIB) em 4,5% e com os pagamentos de concessões, como as de aeroportos.

— Fizemos uma aposta no crescimento econômico — disse o deputado, argumentando que a economia deverá reagir às medidas de estímulo do governo, como desonerações tributárias e queda dos juros.

O relatório de receitas apresentado ontem divide os R\$ 23,85 bilhões em R\$ 22 bilhões de receitas líquidas da União e R\$ 1,85 bilhão a serem transferidos para estados e municípios. O total de receitas, antes estimado em R\$ 1,23 trilhão, subirá a R\$ 1,25 trilhão. O anúncio de Puty confirma a previsão de acréscimo nas receitas feita semana passada pelo relator-geral, Romero Jucá (PMDB-RR). Receitas previstas pelo governo no projeto de Lei Orçamentária Anual costumam elevar-se a cada ano para que se possa atender as demandas dos parlamentares, principalmente as suas emendas.

Quanto às receitas adicionais que prevê com as concessões, Puty destacou o



Relator de receitas, o deputado Cláudio Puty explica a jornalistas o relatório que entregou à Comissão Mista de Orçamento com previsão de arrecadação maior

resultado esperado com os leilões relativos à exploração de petróleo e gás e à telefonia móvel de tecnologia 4G, entre outros.

Outro item a ser atendido, as compensações vinculadas à Lei Kandir, são verbas transferidas aos estados devido às perdas com a isenção de ICMS estabelecida para baratear determinados produtos destinados à exportação.

De acordo com nota divulgada por Puty, os R\$ 23,85 bilhões terão origem em acréscimos nas receitas da Receita

Federal (R\$ 13,44 bilhões), da Previdência Social (R\$ 2,68 bilhões), de concessões (R\$ 3,3 bilhões), dividendos (R\$ 2,33 bilhões) e compensações financeiras relativas a recursos minerais (R\$ 2,1 bilhões).

Otimismo menor

Isso contrasta com previsões menos otimistas de desempenho da economia. Um estudo da Consultoria Legislativa do Senado avalia que o projeto do governo subestima a inflação e superestima o crescimento real deste ano e do próximo.

Também afirma que a generosidade das estimativas do projeto de lei pode representar constrangimento a iniciativas de identificar novas fontes de recursos. Para este ano, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, prevê expansão do PIB de apenas 2%.

Puty manteve a estimativa de crescimento de 4,5% para o ano que vem e ressaltou que “foram mantidos quase todos os indicadores econômicos previstos pelo governo para 2013”. A reestimativa que adicionou R\$ 22 bilhões à

previsão de receitas havia sido adiantada por ele há cerca de dez dias, após um encontro com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior.

Ao comentar sua expectativa sobre o aumento da massa salarial, Puty argumentou que esse item registrou altas acima das esperadas nos últimos anos e que isso terá um impacto positivo nas receitas da Previdência Social.

— Nosso mercado de trabalho tem sido pujante. E as receitas do INSS vêm surpreendendo — afirmou.

Relatório de receitas será votado até dia 31, diz presidente da comissão

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Paulo Pimenta (PT-RS), anunciou que até quarta-feira será votado o relatório de receitas apresentado por Puty. Essa votação, segundo o deputado, vai inaugurar o cronograma da CMO em relação ao projeto orçamentário, que tramita no Congresso como Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 24/12.

— A votação do relatório de receitas abre todos os demais prazos, como o que se refere à apresentação das emendas parlamentares — afirmou Pimenta.

Na terça-feira, véspera da votação do relatório de receitas, a CMO fará audiência pública com a ministra Miriam Belchior. Ela vai falar sobre os principais pontos da proposta orçamentária.

A reestimativa feita pelo deputado Puty para a arrecadação da União em 2013 é a principal fonte usada pelo relator-geral, Romero Jucá, para atender pedidos de despesa que chegam durante a tramitação do texto na CMO. A revisão foi elaborada com base em estudos das consultorias de Orçamento da Câmara e do Senado.

A previsão original de receitas, antes da reestimativa elaborada por Puty, foi enviada ao Congresso pelo Executivo junto com a proposta de Orçamento. O documento detalha quanto a União vai arrecadar no ano seguinte, de onde esses recursos virão e quando serão arrecadados. Desde 2006, esse tema — receitas — fica a cargo de um relator específico na CMO, que este ano foi o deputado Puty.

Para consultores, falta precisão ao documento

O projeto da Lei Orçamentária Anual da União para 2013 traz inúmeros planos e programas anunciados ou iniciados pelo governo que não têm relação direta com as classificações, programas e metas do Plano Plurianual (PPA) do período 2012—2015 ou das próprias leis orçamentárias. A avaliação foi feita em nota técnica conjunta das consultorias de Orçamentos do Senado e da Câmara dos Deputados.

O documento identifica um processo de “perda de conteúdo” e de “força descritiva” do Orçamento, que estaria se tornando um conjunto de menções genéricas das propostas de intervenção governamental. Muitas ações orçamentárias, segundo a nota, contemplam inúmeras realizações, “o que dificulta a avaliação e o acompanhamento” da execução dos orçamentos públicos.

Conforme o documento, a adoção dessas classificações genéricas, sem vínculo entre a LOA (PLN 24/12) e o PPA, tem como “pano de fundo” oferecer maior flexibilidade ao gestor administrativo durante a execução orçamentária. O resultado disso, segundo as consultorias, é a inclusão no Orçamento de “dotações de amplo espectro, de conteúdo genérico e de finalidade e objetivos quase indefinidos, em prejuízo da maior precisão”. Com isso, a transparência e o controle poderiam ser afetados.

Plano Orçamentário

Para compensar a perda de informação na lei orçamentária, assinala a nota, o Executivo adota “expedientes administrativos paralelos”, como portais na internet para divulgar suas realizações, e o chamado Plano Orçamentário (PO) — nova forma de detalhamento das despesas. Na

tramitação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2013, o Congresso aprovou a possibilidade de existência de POs com uma série de ressalvas e salvaguardas, que acabaram sendo vetadas pelo Executivo. O veto, segundo a nota técnica, tende a criar “insegurança jurídica” quanto ao novo instrumento.

O documento adverte que o PLN 24/12 amplia o grau de liberdade do Executivo para realizar, por ato administrativo, a abertura de créditos orçamentários suplementares e aconselha “detido estudo da forma como essas normas se encontram, hoje, propostas”.

O texto aponta ainda uma “decréscima importância” da participação legislativa na definição de empreendimentos regionais e estaduais prioritários, “o que é evidenciado pelo veto do Executivo a todas as prioridades eleitas pelo Congresso na LDO de 2013”.

Ângela diz que plano de apoio à pesca vai combater a miséria



Waldemir Barreto/Agência Senado

O Plano Safra de Pesca e Aquicultura, lançado ontem pela presidente Dilma Rousseff, recebeu elogios de Ângela Portela (PT-

RR). Ela disse que a iniciativa vai permitir a inclusão social de milhares de pescadores que estão abaixo da linha da pobreza, a partir do investimento de R\$ 4 bilhões até 2014, com a meta de dobrar a produção de pescado no país para 2 milhões de toneladas ao ano.

— O governo vai tirar da miséria cerca de 380 mil pescadores brasileiros. Trata-se de uma medida histórica — disse.

A senadora destacou a modernização da cadeia produtiva e o incentivo à criação de associações e de cooperativas de pescadores, o que facilitará a comercialização do produto.

— Os benefícios anunciados pela presidente Dilma vão alcançar os mais de 1 milhão de pescadores no Brasil, com destaque para as regiões Norte e Nordeste — disse.

Contas públicas

Ângela aproveitou para criticar o governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), pela situação da economia do estado. Segundo ela, Anchieta anunciou na semana passada a existência de uma grave crise financeira, o que obrigaria o governo a promover cortes de gastos e até demissões de prestadores de serviços e comissionados.

— O governador culpou a queda nos repasses do Fundo de Participação dos Estados [FPE], mas transferir a responsabilidade pela crise ao governo federal é um nítido escapismo político — disse.

Depois de apresentar números mostrando um aumento dos recursos do FPE, Ângela criticou também as peças orçamentárias elaboradas pelo Executivo estadual, as quais, segundo ela, vêm apresentando valores subestimados nos últimos anos.

Audiência vai debater caso dos guaranis-caiouás

O presidente da CDH, Paulo Paim, anunciou que índios ameaçados de expulsão de terras em Mato Grosso do Sul e outros envolvidos em conflito serão convidados para discussão urgente

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) deve realizar na próxima semana uma audiência pública para tratar da situação dos índios guaranis-caiouás, ameaçados de expulsão de suas terras tradicionais na região de Dourados (MS).

O presidente da Comissão, senador Paulo Paim (PT-RS), afirmou que pretende realizar o debate com as partes envolvidas no conflito quanto antes. Para isso, ele pretende aprovar um requerimento na segunda-feira, quando a CDH se reúne às 9h.

A área habitada por 170 integrantes da etnia guarani-caiouá é disputada há décadas por índios e fazendeiros. Em setembro, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região determinou a reintegração de posse, com a retirada das famílias indígenas do local.

Os nativos resistem à ordem e divulgaram carta, que teve grande repercussão na imprensa internacional,



Gerardo Magela/Agência Senado

Paim anuncia que o Senado deve contribuir para solucionar conflito

fazendo menção a morte coletiva e informando que lutariam até o fim pelas terras que, segundo eles, sempre pertenceram a seus antepassados.

A mensagem foi inicialmente interpretada na imprensa e nas redes sociais como uma ameaça de suicídio em massa, hipótese descartada pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A entidade, porém, alertou para a gravidade da crise dos guaranis-caiouás, que “vivem confinados, sem

perspectivas, e em situação de intensa violência”.

— Podemos ter lá uma matança, um assassinato coletivo, ou genocídio. Não importa o nome, o que importa é que homens e mulheres índios poderão perder a vida devido ao conflito instalado — disse Paim.

Segundo o Cimi, de 2000 a 2011 ocorreram mais de 550 suicídios de índios guarani-caiouás, porém nenhum deles de maneira coletiva, organizada ou anunciada.

Plenário

A situação dos índios também preocupa outros senadores. Na quarta-feira, em Plenário, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) alertou para a gravidade do problema e pediu ação rápida do Ministério da Justiça.

O senador ressaltou que, apenas nos últimos quatro anos, o número de assassinatos de indígenas em Mato Grosso do Sul foi superior ao total de assassinatos das demais etnias no resto do país.



Egon Heck/Cimi

Comunidade Laranjeira Nhandaru (MS): Comissão de Direitos Humanos deve ouvir indígenas e demais envolvidos

Mozarildo pede financiamento público de campanha

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) aproveitou que ontem se comemorou o Dia da Democracia para pedir uma reforma política.



Waldemir Barreto/Agência Senado

— Proponho que façamos um verdadeiro mutirão envolvendo o Executivo, o Legislativo e o Judiciário e encontremos de maneira rápida uma reforma profunda, tanto no sistema partidário quanto no processo eleitoral e na Justiça Eleitoral — afirmou.

Na avaliação do senador, o aprimoramento do processo eleitoral passa pelo financiamento público das campanhas.

Ele também criticou a “proliferação” de partidos, muitos deles “siglas de aluguel”.

— A população tem a impressão de que o processo eleitoral não é feito com dinheiro público. É feito com dinheiro público e dinheiro público de corrupção. Sou defensor do financiamento público exclusivo porque então o povo vai saber de fato que é dinheiro público, mas usado de forma clara, aberta e fácil de fiscalizar.

Segundo turno

Exemplo de distorção nas atuais regras eleitorais, na opinião de Mozarildo, é a inexistência de segundo turno nas eleições municipais em cidades com menos de 200 mil habitantes.

Ele citou o caso de Boa Vista, onde a candidata Teresa Surita (PMDB) venceu a disputa pela prefeitura com 57.066 votos — 39,26% do total.

— Não sei por que não são 100 mil ou 50 mil habitantes. Onde foi que se encontrou esse número mágico de 200 mil? Por 16 mil não tivemos segundo turno. Não é possível que possamos continuar com essas distorções — criticou o senador.

Código Penal: prazo pode aumentar

O presidente da comissão de senadores que examina o projeto do novo Código Penal, Eunício Oliveira (PMDB-CE), deve propor nova prorrogação do calendário de tramitação da matéria (PLS 236/12), por 20 dias úteis. O senador também deseja abrir espaço a novas audiências públicas para debater o projeto com a sociedade.

Eunício disse que defenderá a prorrogação em reunião que a comissão realizará na próxima semana.

— É melhor seguirmos um pouco

mais devagar e fazer um trabalho bem feito, pois o Código Penal é uma lei fundamental que regula a convivência entre as pessoas, define o que é legal e o que é crime — justifica.

Pedro Taques (PDT-MT), relator da comissão, prevê que o debate deve avançar até o ano que vem no colegiado. O senador adianta que pretende sugerir um “enxugamento” no texto em exame, dando forma ao que chamou de “pré-projeto”, texto que passaria a orientar os debates daqui em diante.

CPI recebe dados fiscais de Leréia

Já estão em poder da CPI do Cachoeira dados resultantes da quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO). A autorização partiu do próprio deputado, durante depoimento à CPI no dia 9 de outubro.

As informações bancárias que já chegaram à CPI são da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão das Microrregiões de Goiânia e Adjacentes. Também chegaram informações fiscais do deputado, enviadas pela

Subsecretaria de Fiscalização do Ministério da Fazenda.

Durante o depoimento, Leréia admitiu a troca de favores com o contraventor Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, preso pela Polícia Federal na operação Monte Carlo. O deputado argumentou que a prática é comum entre amigos. Leréia também negou ter recebido dinheiro da organização investigada ou ter avisado ao amigo sobre uma operação policial que seria deflagrada.